



SAUDAÇÃO

O STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional saúda o XIII Congresso Nacional da ANAFRE que se realiza num momento em que, a pretexto da crise, se põem em causa direitos e se tenta destruir o Poder Local Democrático.

O Documento Verde da Reforma da Administração Local, enunciando a promoção de uma *“maior proximidade entre os níveis de decisão e os cidadãos, fomentando a descentralização e reforçando o papel do Poder Local como vector estratégico de desenvolvimento”* aponta logo à cabeça como medida emblemática a extinção de quase um terço das freguesias do País se seguirmos fielmente as regras e os critérios estabelecidos no documento.

Esta decisão forçosamente afastará muitos cidadãos de qualquer possibilidade de intervenção junto dos invocados níveis de decisão e causará um aprofundamento da interioridade e das assimetrias sociais.

Fomentando a centralização, estas medidas fragilizam o Poder Local, pilar fundamental da democracia portuguesa por muito que tal custe (ou pareça custar) a alguns governantes deste país.

É importante lembrarmos o papel desempenhado pelo Poder Local nos últimos 37 anos, responsável pela criação de infra-estruturas e pela prestação de serviços públicos essenciais às populações, desempenhando ainda um papel central na dinamização do investimento, público e privado e na criação de emprego, directa e indirectamente.

Hoje, as freguesias são o primeiro pólo de apoio para a resolução dos problemas básicos dos cidadãos que aí encontram o amparo e apoio procurado, ou, outras vezes, o reencaminhamento para outras estruturas qualificadas para a resolução dos seus problemas.

Sendo certo que, nos meios rurais, as freguesias e os serviços por elas prestados são muitas vezes o único pólo de fácil acesso com o qual os cidadãos podem efectivamente contar, justamente porque o despovoamento do interior tem levado ao encerramento de serviços de outras estruturas, públicas e privadas.

Não menos certo é que, nas grandes cidades, é ao nível das freguesias que tem sido possível o contacto efectivo, regular e de proximidade entre os cidadãos e os eleitos, resultando num claro reforço da democracia e cidadania.

Não querendo fazer uma lista exaustiva de todos os serviços prestados pelas freguesias, até porque não seria possível qualificar ou quantificar o mero facto de a sua existência constituir um primeiro (tantas vezes, infelizmente, único) pólo onde os cidadãos podem ser ouvidos, devemos realçar que hoje em dia as freguesias prestam serviços de natureza assistencial, social, educativa, cultural, desportiva e lúdica, de manutenção e conservação de estradas e arruamentos, jardins e outros espaços públicos e muitos outros em que se substituem ao poder central e aos Municípios, para o exercício de funções que a estes pertencem e que frequentemente descentralizam, por intermédio de protocolos.

Todos nós temos consciência que as razões subjacentes a esta dita Reforma são de natureza estritamente economicista. Mas mesmo sob este ponto de vista não podemos deixar de questionar: Onde estão as vantagens decorrentes da aplicação destas medidas? Onde se irá afinal poupar e que poupanças se esperam obter?

O documento invoca o exagerado número de freguesias e de autarcas, e conseqüentemente dos gastos, nunca contabilizando ou sequer demonstrando o seu exagero, por comparação com outras realidades semelhantes à portuguesa.

Pelo contrário, em relação à União Europeia temos menos autarquias que a média na Europa, sendo estas de maiores dimensões, quer em termos geográficos quer demográficos, o que parece contradizer esta conclusão.

Mas mesmo que assim não fosse, face às verbas irrisórias auferidas pelos eleitos nas freguesias, qualquer redução por muito substancial que seja, nunca representará uma poupança global significativa.

E quanto aos trabalhadores? Alguém tem dúvidas que são estes homens e mulheres que, em regra, contribuem para os incontabilizáveis ganhos para as populações destas freguesias, recebendo em troca os salários mais baixos da Administração Pública?

Mais diremos: As autarquias absorvem cerca de 10% das receitas totais do Estado e 1,46% do total dos recursos do Orçamento de Estado (dados relativos a 2011) assegurando em seu turno cerca de **metade** de todo o investimento público. Será necessário exemplo mais claro de eficiência na utilização de dinheiros públicos que estes números oficiais?

Perante estes dados considerar um exagero o número de autarquias, eleitos e trabalhadores das mesmas não é somente uma inenarrável falsidade, assume contornos pouco sérios de quem quer apenas e tão só destruir um pilar fundamental do edifício democrático português: o Poder Local.

Afirmamos: A redução de freguesias, de eleitos e de trabalhadores só afastará ainda mais as populações dos seus eleitos, da participação democrática e da possibilidade de intervenção para a resolução de problemas concretos.

No ano em que se comemoram, já no próximo dia 12 de Dezembro, 35 anos das primeiras eleições para as autarquias locais, é essencial que todos façamos o combate em defesa do desígnio constitucional de descentralização assente no Poder Local, que constituiu, constitui e queremos que continue a constituir exemplo ímpar de desenvolvimento, de investimento, de prestação de serviços públicos essenciais e de democraticidade.

Neste sentido, o STAL agendou para o próximo dia 12, na Assembleia da República, uma Tribuna Pública para entrega das petições recolhidas contra a redução de autarquias e trabalhadores, que conta já com cerca de 20 mil assinaturas, recolhidas ao longo dos últimos meses, promovendo esta discussão essencial para toda a sociedade portuguesa.

O Poder Local Democrático é um pilar fundamental da democracia portuguesa.

Saudamos o Poder Local Democrático! Saudamos o XIII Congresso Nacional da ANAFRE!

Lisboa, 2 de Dezembro de 2011

A Direcção Nacional do STAL